

Parecer n.º 296/2012

Data: 2012.09.18

Processo n.º 303/2012

Queixa de: José Carlos Pereira da Silva Roque

Entidade requerida: Comandante da Esquadra da Polícia de Segurança Pública do Seixal

I - Factos e pedido

1. José Carlos Pereira da Silva Roque solicitou ao Comandante da Esquadra da Polícia de Segurança Pública do Seixal (PSP) «*informações sobre os dados profissionais, contidos no “bilhete de identidade policial” pertencentes ao único agente*» que entrou no autocarro da Transportes Sul do Tejo no dia 30 de Abril de 2012, pelas 20h45m. Essas informações consistem no nome (primeiro e último), número mecanográfico e categoria profissional.
2. Em resposta, a entidade requerida informou o requerente de que “*não é possível fornecer os dados solicitados, respeitantes ao agente policial, apenas poderão ser fornecidos às instâncias devidas, nomeadamente Tribunais, se necessário for*”.
3. Na sequência desta resposta, o requerente apresentou queixa à CADA.
4. Convidada a pronunciar-se, a entidade requerida considera que não deve facultar a informação em causa, “*sob pena de usurpação de poderes*”, em virtude de a intervenção do agente da PSP na data supramencionada ter dado origem a um inquérito, a decorrer nos serviços do Ministério Público do Seixal.

II - Apreciação jurídica

1. De acordo com da Lei n.º 46/2007, de 24 de Agosto, diploma que regula o acesso aos documentos administrativos e a sua reutilização, de ora em diante designada como Lei do Acesso aos Documentos Administrativos (LADA), compete à CADA apreciar as queixas que lhe sejam apresentadas contra a falta de resposta, indeferimento ou outra decisão limitadora do acesso a documentos administrativos [n.º 1 do artigo 15.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 27.º].
Serão deste diploma legal os preceitos normativos mencionados, posteriormente, sem qualquer outra referência.
2. Considerando que a entidade requerida se encontra sujeita à LADA [alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º], cumpre apreciar a questão que deu origem à presente queixa.

3. Nos termos da LADA, constitui documento administrativo qualquer suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, electrónica ou outra forma, na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo 4.º, ou detidos em seu nome [alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º].

Como é referido no Acórdão n.º 0758/11 do Supremo Tribunal Administrativo, de 31 de agosto de 2011, *“para que um documento seja considerado «documento administrativo» para efeitos da alínea a) do n.º 1 do referido art. 3.º daquela Lei, não se exige que ele esteja conexionado com alguma das actividades administrativas, bastando que esteja na posse dos órgãos e entidades referidos no artigo seguinte, ou detidos em seu nome”*.

O regime geral de acesso aos documentos administrativos consta do artigo 5.º: *“todos, sem necessidade de enunciar qualquer interesse, têm direito de acesso aos documentos administrativos, o qual compreende os direitos de consulta, de reprodução e de informação sobre a sua existência e conteúdo.”*

Os documentos administrativos são, em princípio, de acesso livre e generalizado.

O artigo 6.º identifica, contudo, algumas restrições ao direito de acesso:

- a) Quando os documentos contenham informação nominativa (n.º 5);
- b) Quando contenham segredos de empresa (n.º 6);
- c) Quando haja razões para diferir ou indeferir o acesso (n.º s 1, 2, 3 e 4).

O direito de acesso à informação está, ainda, sujeito a limites ou restrições, para salvaguarda de outros bens constitucionalmente tutelados e de direitos que com ele entrem em colisão, nomeadamente referentes à dignidade da pessoa humana, direitos das pessoas à integridade moral, ao bom nome e reputação, à palavra, à imagem, à privacidade, restrições impostas pelo segredo de justiça ou pelo segredo de Estado¹.

4. Documentos nominativos são, para efeitos da LADA, os documentos administrativos que contenham, “acerca de pessoa singular, identificada ou identificável, apreciação ou juízo de valor, ou informação abrangida pela reserva da intimidade da vida privada” [alínea b), n.º 1, artigo 3.º].

É nominativo o documento administrativo que revele, por exemplo, informação de saúde ou sobre a vida sexual de indivíduo identificado ou identificável.

¹ Cfr., sobre o tema, por exemplo, J. Gomes Canotilho / V. Moreira, *Constituição da República Portuguesa Anotada*, 4.ª ed., I, Coimbra, 2007, pp. 573-574; Jorge Miranda / R. Medeiros, *Constituição Portuguesa Anotada*, I, Coimbra, 2005, p. 430; J. Renato Gonçalves, *Acesso à Informação das Entidades Públicas*, Coimbra, 2002, pp. 51 e ss.

São ainda nominativos os documentos administrativos, designadamente, aqueles que traduzam descontos no respectivo vencimento, feitos não *ope legis*, mas *ope voluntatis* ou na sequência de decisão judicial, e outros documentos cujo conhecimento por terceiros possa, em razão do seu teor, traduzir uma invasão da reserva da intimidade da vida privada.

Nesta perspetiva, considerou o Supremo Tribunal de Justiça, por acórdão de 28 de setembro de 2011 (Processo n.º 22/09.6YGLSB.S2), e citando o Acórdão proferido pelo Tribunal da Relação do Porto, de 31 de maio de 2006 (CJ III/210), que, neste âmbito, *“o que se pretende abranger e tutelar é apenas «o núcleo duro da vida privada» e mais sensível de cada pessoa, como seja a intimidade, a sexualidade, a saúde, a vida particular e familiar mais restrita, que se pretende reservada e fora do conhecimento das outras pessoas”*.

Assim, dados como o nome, a filiação, os números de bilhete de identidade e de contribuinte fiscal, as habilitações académicas e/ou profissionais não são, à luz da LADA, elementos que traduzam em si mesmos apreciações, juízos de valor ou informações abrangidas pela reserva da intimidade da vida privada, pelo que são, em geral, de livre acesso, por se enquadrarem no conceito de documentos administrativos não nominativos.

Quanto aos documentos nominativos, são comunicados apenas:

- a) À pessoa a quem os dados digam respeito;
- b) A terceiros munidos de autorização escrita;
- c) A terceiros que demonstrem possuir interesse directo, pessoal e legítimo no acesso (n.º 5 artigo 6.º).

Saliente-se que as excepções ao acesso devem ser interpretadas e aplicadas restritivamente, de forma a não pôr em causa a aplicação do princípio geral consagrado no artigo 5.º (cfr., por exemplo, pareceres da CADA n.ºs 84 e 105/2010)².

Os documentos nominativos *“são objecto de comunicação parcial sempre que seja possível expurgar a informação relativa à matéria reservada”* (n.º 6 do artigo 7.º).

5. O direito de acesso livre e generalizado, de qualquer cidadão, aos documentos administrativos está consagrado na Constituição da República Portuguesa (CRP) como um direito fundamental, de natureza análoga aos direitos, liberdades e garantias.

² Disponíveis em www.cada.pt

Conforme explicitámos no ponto anterior, os elementos pretendidos pelo requerente não são nominativos.

São dados públicos, que constam do documento de identificação de qualquer elemento da PSP, sendo publicados, frequentemente, em Diário da República, por ocasião de promoções, louvores, condecorações ou processos disciplinares, por exemplo, e nenhum desses dados põe em causa qualquer dimensão da reserva da intimidade da vida privada do agente em causa.

6. A entidade requerida considera que os elementos solicitados não devem ser facultados dado que a ocorrência deu origem a um inquérito, para cuja direção é competente o Ministério Público do Seixal.

Todavia, os dados solicitados não fazem, em exclusivo, parte do inquérito a decorrer nos Serviços do Ministério Público do Seixal. Os elementos que o requerente pretende obter existem por si só, independentemente da instauração de qualquer processo.

São elementos permanentemente na disponibilidade da PSP do Seixal, não existindo em virtude do inquérito que decorre.

Desta forma, não estamos perante documentos constantes de processo judicial, mas sim perante documentos administrativos, pelo que o requerente poderá aceder sem quaisquer restrições aos elementos que pretende.

III - Conclusão

Face ao exposto, entende-se que devem ser facultadas ao requerente as informações solicitadas.

Comunique-se.

Lisboa, 18 de setembro de 2012

João Perry da Câmara (Relator) - David Duarte - Maria Eduarda Azevedo - Paulo Moura Pinheiro - Antero Rôlo - Renato Gonçalves - Artur Trindade - António José Pimpão (Presidente)